

**GÊNERO E RESISTÊNCIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O 1º ENCONTRO
NACIONAL DAS MULHERES DO MST****GENDER AND RESISTANCE: CONSIDERATIONS ON THE 1ST NATIONAL
MEETING OF WOMEN OF THE MST**Maria Luiza Adoryan Machado¹Rafaela Limberger²

Resumo

O presente ensaio tem como objetivo traçar a historicidade do 1º Encontro Nacional das Mulheres do Movimento Sem Terra (MST), ocorrido em 2020, e sua relevância para os estudos de gênero. Através do método qualitativo, analisamos documentos de áudio e vídeo de livre acesso, incluindo entrevistas com integrantes do MST. Compreende-se que o tema de discussão de gênero neste movimento social organizado e o protagonismo das mulheres do campo formam um cenário histórico relevante e que segue em (des)construção, considerando as pontes construídas interpaíses para disseminação das ações realizadas pelo MST ao longo do tempo. A análise detalhada destas dinâmicas destaca a complexidade e a riqueza das experiências das mulheres envolvidas, contribuindo significativamente para o entendimento mais amplo das questões de gênero no contexto de movimentos sociais.

80

Palavras-chaves: feminismos; movimento sem terra; estudos de gênero.

Abstract

This essay aims to trace the historicity of the 1st National Meeting of Women of the Landless Workers' Movement (MST), held in 2020, and its relevance to gender studies.

¹ Psychology degree from the Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC, RS, Brazil), with a year of international mobility at the Universidad Nacional de Colombia (UNAL, Bogotá D.C., Colombia). Currently, I am a doctoral student in psychology and a research member of the POLITEIA group for social innovation, at the Universidad Católica de Colombia, supported by a full ICETEX scholarship from the Colombian Government (2022-2025). E-mail: adoryanpsi@gmail.com.

² Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, na linha de Pesquisa: História, Educação e Políticas, com bolsa Capes/Proex. Mestre em Educação (2022), com bolsa Capes/Proex pela mesma universidade. Graduada em Licenciatura em educação no campo pela Universidade Federal de Santa Maria. Graduada em licenciatura em História (2019) pela Universidade de Santa Cruz do Sul. E-mail: rafaelalimberger@edu.unisinos.br.

Through qualitative methods, we analyze freely accessible audio and video documents, including interviews with MST members. It is understood that the discussion of gender within this organized social movement and the leadership of rural women form a significant historical context that continues to be (de)constructed, considering the bridges built between countries to disseminate MST's actions over time. The detailed analysis of these dynamics highlights the complexity and richness of the experiences of the women involved, contributing significantly to a broader understanding of gender issues within the context of social movements.

Keywords: feminisms; landless workers' movement; gender studies.

Notas introdutórias

Esta pesquisa tem como interesse investigar o 1º Encontro Nacional das Mulheres do Movimento Sem Terra (MST). O evento, que ocorreu em março de 2020, em Brasília-DF, contou com cerca de três mil e quinhentas mulheres do campesinato. Neste trabalho, volta-se o olhar aos motivos que levaram à realização do evento, bem como às pautas centrais e reivindicações do encontro das mulheres do MST em 2020, levando em consideração as questões políticas e sociais que perpassavam o país naquele momento. Assim, por meio do levantamento de tais questões, tem-se como objetivo traçar a historicidade do referido evento e compreender qual a sua relevância para os estudos de gênero dentro do campo e do Movimento Sem Terra, isso pois, “longe de serem estáticas, as interpretações sobre o passado estão sempre abertas a outras possibilidades de compreensão, o que significa que a História pode estar sempre sendo reescrita” (Luca, 2021, p. 9).

A fim de responder a essas questões, a metodologia que aqui se propõe é de enfoque qualitativo, por meio de análise documental, voltando-se com o método crítico sobre as entrevistas encontradas no *website* do MST e em vídeo produzido com as participantes sobre o evento, disponível na plataforma *YouTube*.

Posto isso, torna-se necessário destacar o uso de fontes audiovisuais e o quanto estas se tornam importantes para o ofício de pesquisadora que, segundo Lucien Febvre: “A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem” (Febvre apud Le Goff, 1992, p. 540). Assim, tem-se a intenção de aprofundar a análise das informações

encontradas nas fontes de pesquisa, buscando compreender questões emergentes do 1º Encontro Nacional das Mulheres do MST: “Mulheres Em Luta: Semeando a Resistência”.

Segundo Sabia e Brabo (2019), a presença de mulheres no MST existe desde o seu surgimento, no início da década de 1980, e alguns avanços foram alcançados, desde o direito de posse e uso da terra, até a sua participação em pelo menos metade de todas as instâncias políticas dentro do Movimento. Entretanto, as mesmas autoras apontam que segue sendo um desafio o alcance de maior igualdade na divisão do trabalho e de oportunidades para as mulheres do MST, considerando que há investimento em ações voltadas à capacitação das mulheres em processos de formação em relação à política, escola, liderança, entre outros. Com isso, identificam-se esforços coletivos para o empoderamento e fortalecimento das mulheres do Movimento e que, ainda assim, as questões de gênero não implicam somente o sujeito-mulher, mas sim, da importância em se tecer discussões nas comunidades que impliquem temas de convivência, trabalho, moradia, dificuldades, potencialidades, autonomia etc.

Destaca-se que falar sobre as relações gênero no movimento camponês é de extrema importância, por promover o protagonismo de mulheres do campesinato. Bem como por nossa sociedade ser construída sob aspectos desiguais de gênero, dentro de uma lógica machista, sendo que muitas dessas práticas estão enraizadas em diferentes grupos, inclusive no campo. Embora o MST tenha em suas pautas uma educação igualitária e procure se manter insistente na discussão de gênero e nas demandas das mulheres, é preciso pautar nos estudos de gênero para se construir vias possíveis de combate às desigualdades de gênero e dentro da luta pela reforma agrária. Compreendendo que a equidade de gênero é uma conquista possível, mas que, todavia, está distante da lógica de macroestrutura.

A história do MST e a construção do Setor de Gênero: Semeando esperança para o amanhã

O Movimento Sem Terra do Brasil surgiu no 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, no estado do Paraná, em 1980. Com o sistema capitalista e a modernização do sistema agrícola, o avanço cada vez maior de grandes propriedades para poucos proprietários provocou o achatamento dos pequenos agricultores. Segundo o MST (2021), o Brasil conta com muitos latifundiários, proprietários de terras que concentram grandes áreas de terras improdutivas.

O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. [...] Tinham como objetivos lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores (Caldar, 2001, p. 207).

Atualmente, o MST encontra-se em 24 estados do Brasil, em todas as suas regiões, com cerca de 350 mil famílias que conquistaram espaço em função da organização e luta rural. Sendo assim, esse movimento se organizou em torno de uma pauta principal: a reforma agrária e a democratização da terra. Segundo o próprio MST, “a luta pela Reforma Agrária consiste na distribuição massiva de terras a camponeses, democratizando a propriedade da terra na sociedade e garantindo o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir” (MST, 2021). Atualmente, o movimento vem atuando quase que em todos os estados do país, e é um dos movimentos populares mais importantes do Brasil, operando ativamente na conquista de terras para milhares de famílias. Terras estas que geram alimentos para autossustento, cooperando para a diminuição da fome e da taxa de mortalidade infantil nos assentamentos pelo Brasil todo (MST, 2021).

Conforme o MST (2022), atualmente são 160 cooperativas, 120 agroindústrias, 1.900 mil associações, 450 mil famílias assentadas, 90 mil famílias acampadas em todo o país. Nessa abordagem, o MST levanta a bandeira da importância de alimentos saudáveis para a população brasileira, e a garantia de direitos sociais para as famílias dos assentamentos. Segundo o MST (2022), “não se invade terras, o Movimento ocupa terras improdutivas para exigir que a terra cumpra sua função social, como está determinado como direito na Constituição Federal” (MST, 2022, p. 1).

O assentamento é um espaço para o conjunto de famílias camponesas viverem, trabalharem e produzir, dando uma função social à terra e garantindo um futuro melhor à população. A vida no assentamento garante às famílias direitos sociais que não são garantidos a todo o povo brasileiro, como casa, escola e comida (MST, 2021).

Os assentamentos nos municípios geram impacto social e econômico, pois o território ganha uma função social e isso significa a sobrevivência de famílias. Os assentamentos constituem-se em uma estrutura participativa e democrática, pois, mesmo após o assentamento da terra, é necessária a organização para continuar reivindicando a realização da reforma agrária. No país, os acampamentos e assentamentos se organizam por núcleos que discutem as necessidades de cada área. Dentro desses núcleos, são

definidas/os as/os coordenadoras/es daquele acampamento ou assentamento. É importante destacar que o MST propunha, nessas instâncias, a participação das mulheres, assim, sempre deve ser escolhida uma mulher e um homem como coordenadores do assentamento ou acampamento. Nas assembleias dentro do movimento, todas e todos têm direito ao voto.

Nos assentamentos há a construção de casas, a produção agrícola e a venda dos produtos que geram renda, além de também haver a escola, que é uma questão de destaque do MST e está diretamente envolvida nas suas pautas principais: a educação no campo; milhares de crianças e jovens acessam escolas em seus acampamentos. Conforme Piccin e Betto (2018), desde o início da criação dos primeiros assentamentos e acampamentos, a educação era uma das principais reivindicações do movimento, “Se a terra representa a possibilidade de trabalhar, produzir e viver dignamente, a educação é o outro instrumento fundamental para a continuidade da luta” (MST, 2020). Uma das primeiras conquistas foi a escola itinerante:

A Escola Itinerante criada no âmbito do MST tem por objetivo garantir o direito à educação de crianças, jovens e adultos em situação de itinerância, ou seja: acampados. Entre os objetivos da escola itinerante estão: ensinar fazendo, construir o novo, preparar para o trabalho manual e intelectual, ensinar com a realidade, gestar sujeitos da história e preocupar-se com a pessoa integral (Piccin Betto, 2018, p. 83).

Atualmente, as escolas no Movimento Sem Terra são as escolas do campo e o seu funcionamento é garantido pela legislação:

A Educação do Campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana (Brasil, 2013).

Visto que “A educação existe onde não há a escola e por toda parte pode haver redes e estruturas sociais de transferência de saber” (Brandão, 2013, p. 13), ao acompanhar a criação do MST, entende-se o quanto a educação dentro do movimento propõe uma vida mais igualitária. Assim como, a forma que a educação transcende para além da escola e se solidifica dentro de todo o movimento, com pautas e discussões importantes para os participantes do movimento; como a pauta das mulheres do campesinato e a criação do Setor de Gênero dentro do MST.

Segundo o MST (2021), no ano de 1985, surgiu no 1º Congresso Nacional do MST a necessidade de se começar a debater as questões de gênero, criando a partir deste momento comissões de mulheres para discutir suas reivindicações, como o machismo e a discriminação contra as mulheres, sobretudo da necessidade de ações para estimular e incentivar à participação das mulheres em todos os níveis de atuação e instâncias de poder (Mafort, 2013). Desta forma, na segunda metade da década de 1990 constituiu-se o Coletivo Nacional de Mulheres do MST, o que potencializou a produção de materiais informativos e normativos, além de promover discussões e reflexões sobre as questões de gênero a nível teórico. Através dos estudos de gênero, surge a necessidade de envolver todos do Movimento neste debate, o que levou à criação do Setor de Gênero, a fim de ampliar para espaços de formação que contribuíssem à igualdade entre homens e mulheres do MST.

Foi, então, no ano de 2000, que surge o Setor de Gênero dentro do Encontro Nacional do MST. Segundo Pessoa e Dal Ri (2017), “os documentos desta década permitiram ampliar a discussão e as ações para que as mulheres tivessem voz e poder de decisão no MST e fossem tratadas com respeito e igualdade” (Pessoa et al., 2017, p.585). Desde então, as mulheres vêm trazendo suas pautas e se organizando coletivamente a favor de suas demandas e contra qualquer tipo de violência e opressão. O site do MST ainda traz ao que se refere a este setor em específico:

O Setor de Gênero tem a tarefa de estimular tal debate nas instâncias e espaços de formação, de produzir materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuem para a construção de condições objetivas para participação igualitária de homens e mulheres, fortalecendo o próprio movimento (MST, 2020).

Através do Setor de Gênero, foi possível criar políticas referentes às questões de gênero, como exemplo “[...] participação de 50% de mulheres em todos os espaços do Movimento nas instâncias, nos processos produtivos, de formação e educação, [...] no debate da inclusão do nome da mulher nos documentos de concessão de posse [...]” (Maforto, 2014). Dessa forma, vale destacar que o conceito de gênero é abordado por Joan Scott como uma forma de diferenciar práticas sexuais designadas às mulheres e homens, por onde a autora buscou explicar as relações de poder entre homens e mulheres, relações estas que são construídas socialmente.

Neste sentido, Souza (2017) afirma que o conceito de gênero é atravessado por múltiplas questões que constroem a identidade dos sujeitos, isto é, “que engloba processos

sociais, culturais e linguísticos” (Souza, 2017, p.3), que produz diferenças, nomeando corpos como sexuados e generificados. Desse modo, é válido e necessário analisar a categoria gênero, visto que “[...] enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (Scott, 1995, p.76). Toneli (2012) afirma que o gênero, portanto, cria o sexo e não há evidência de seu contrário. Essa perspectiva permite a desconstrução da ilusória evidência do sexo biológico como demarcador dos limites identitários.

O gênero, conforme Scott (1995), tentará compreender as diferenças construídas e sofridas entre mulheres e homens, sendo assim, “o termo gênero é, então, um conceito associado ao estudo das coisas das mulheres” (Scott, 1995, p. 76). Para Donna Haraway (1990), o conceito de gênero é uma categoria socialmente construída que permeia as relações sociais e culturais, enquanto os estudos de gênero exploram essas construções e suas implicações nas estruturas de poder. Segundo Bell Hooks, gênero e identidade sexual referem-se à complexa interação de construções sociais e individuais que moldam as experiências e percepções de masculinidade e feminilidade (Hooks, 1999), sendo que os estudos de gênero envolvem a análise crítica das relações de poder e hierarquias sociais baseadas no gênero, visando à transformação de sistemas opressivos (Hooks, 1999). Assim, a importância do Setor de Gênero dentro do MST defende a participação das mulheres de forma igualitária e contribui para que sejam discutidas e levantadas as pautas de mulheres no movimento do campesinato. Além das lutas diárias enfrentadas pelas mulheres dentro e fora do movimento, as integrantes do MST se posicionam ativamente contra a violência contra as mulheres, ao vivermos numa sociedade machista, marcada pelas relações de poder de homens sobre as mulheres, esses sujeitos precisam ser vigilantes sempre e unidos contra um sistema opressor formado por homens. Ao falar sobre violência sexista, o próprio MST expõe:

Ano após ano temos acompanhado a violência de gênero que se impõe numa sociedade de modelo patriarcal como a nossa. Diversas são as formas de opressão de gênero que se projetam, sobretudo, sobre as mulheres. As mulheres continuam sendo mal remuneradas no mercado de trabalho, continuam tendo dupla, às vezes, tripla jornada de trabalho e continuam sofrendo com o assédio sexual e a violência física por parte dos homens. Dados do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) revelam que no Brasil a cada 15 segundos uma mulher é agredida fisicamente por um homem; 70% delas sofrem a agressão do próprio parceiro (marido, namorado, companheiro etc.). Lutamos para transformar a sociedade e entendemos que a organização das mulheres é fundamental para a superação do modelo capitalista e para pôr fim à violência sexista enraizada neste modelo (MST, 2007).

Conforme Scott (1995), a objetificação sexual é um dos principais fatores de sujeição das mulheres, a violência sexista e a constante associação de masculinidade e poder e o quanto este discurso legitima e dá embasamento para uma sociedade que oprime as mulheres, uma sociedade marcada pela constante desigualdade entre homens e mulheres. É nesse sentido que as mulheres do MST se propõem a lutar e a garantir seus direitos, enfatizando a importância de uma sociedade igualitária para todos, dentro e fora do movimento.

Entende-se que essas são questões fundamentais para entender a persistência das desigualdades de gênero na América Latina, como discutem diversos estudos de gênero na região, incluindo os trabalhos de Julieta Paredes (2010), que destaca a interseccionalidade entre gênero, raça e classe, e sobre como as diferentes formas de opressão se reforçam mutuamente, e o estudo histórico de Sonia E. Álvarez (1990), que examina os movimentos feministas e a resistência das mulheres contra as estruturas patriarcais e capitalistas. Além disso, o livro de Elisabeth Maier e Nathalie Lebon (2010), "Ativismo Feminino na América Latina e no Caribe: Promovendo Justiça Social, Democratizando a Cidadania", propõe uma análise abrangente sobre o ativismo feminino e as lutas por justiça social e cidadania na América Latina e Caribe. Da mesma forma, o livro de Carmen Diana Deere e Magdalena León (2001), "Empoderando as Mulheres: Direitos à Terra e à Propriedade na América Latina", é crucial para compreender a luta histórica das mulheres camponesas latinas por direitos à terra e à propriedade, destacando como essas questões são centrais para a equidade de gênero no contexto rural nessa região.

Ainda que o próprio MST tenha identificado a falta de líderes mulheres em sua comunidade e organização, legitimando a cobrança de uma presença feminina no espaço político, não foi algo que se fundamentou numa prática cotidiana. Segundo Karpinski (2006), esse espaço foi construído diante de necessidades políticas e com interesses nem sempre voltados à causa feminina. Desta forma, frente à cobrança de seus líderes internos e agentes financiadores externos que exigiam uma ampliação da participação feminina, o MST buscou formas de constituir espaços para as militantes e discursos pautados na igualdade de gênero, reproduzindo discursos baseados no binômio homem-mulher e atrelando o papel-mulher à "mãe", "natureza" e "gravidez" (Karpinski, 2006). Entretanto, nos modos de subjetivação dos sujeitos sem-terra essas práticas não se concretizavam tão

facilmente, não havendo, por exemplo, espaço ou até interesse para se discutir sobre corpo, sexo, sexualidade etc.

O evento das mulheres do MST e a colheita dos frutos: “Mulheres em Luta: semeando a resistência”

Entre os dias 05 e 09 de março de 2020 ocorreu na cidade de Brasília, Distrito Federal, o primeiro encontro e a primeira marcha das mulheres do MST. Foi a primeira vez que o evento foi protagonizado exclusivamente por mulheres do campo, cerca de 3500 mulheres se reuniram com o lema “Mulheres Em Luta: Semeando a Resistência”. O evento trazia como objetivo a troca de experiências das mulheres, além de celebrarem as suas conquistas e lutas.

Cabe aqui ressaltar que esse evento foi o primeiro realizado dentro destas características, mas as mulheres do movimento do campo já organizaram inúmeros outros eventos. Foi a partir da década de 1980 que começaram a surgir diferentes movimentos de mulheres nos estados brasileiros, isso acontecia ao mesmo tempo que surgiam os movimentos do campo:

Motivadas pela bandeira do Reconhecimento e Valorização das Trabalhadoras Rurais, desencadeamos lutas como: a libertação da mulher, sindicalização, documentação, direitos previdenciários (salário maternidade, aposentadoria.), participação política, entre outras. Com este processo, sentimos a necessidade de articulação com as mulheres organizadas nos demais movimentos mistos do campo. Em 1995, criamos a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, reunindo as mulheres dos seguintes movimentos: Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra - CPT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Pastoral da Juventude Rural - PJR, Movimento dos Atingidos pelas Barragens - MAB, alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, no último período, o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA (MMC, 2021).

Depois de algumas atividades realizadas nos grupos de base, em um evento em 2003 que teve a presença de cerca de 50 mulheres, foi decidido pelo nome do movimento: *Movimento de Mulheres Camponesas*. Desde então, as mulheres do MMC vêm se organizando no arranjo de mobilizações a nível regional e nacional, na comemoração de datas históricas, na organização de suas lutas, formação e com o objetivo de “consolidar o MMC, a partir da ótica feminista e camponesa é fortalecer a luta dos trabalhadores e trabalhadoras” (MMC, 2021).

Já sobre o evento que ocorreu em 2020, as mulheres do MST vêm se organizando desde 2018. Conforme o MST (2020), há três anos as mulheres vêm pensando e tentando organizar este evento. Elas vêm participando de feiras, vendendo produtos, rifas, organizando saraus, dentre outros eventos, para que fosse possível levantar recursos.

O evento traz como lema “Mulheres em luta, semeando resistência” e reúne camponesas de todos os estados brasileiros. Entre as participantes também estão integrantes de movimentos e organizações parceiras do MST: 30 internacionalistas e organizações de 14 diferentes países da América Latina, América do Norte, Europa e África (Ghisi, et al., 2020).

Na programação do evento estava a organização de mesas de debate sobre patriarcado, capitalismo, racismo e violência, temas que envolvem questões de gênero e abrangem diretamente as mulheres camponesas. Também ocorreram, dentro do evento, oficinas, atividades culturais e artísticas, além da proposta da realização de uma marcha no dia 08 de março (Dia Internacional da Mulher) pelas ruas de Brasília.

Conforme o MST (2020), além de participantes do país todo que vieram em caravanas, o evento contou com a presença de alguns representantes de outros países. Uma delegação de mulheres internacionais: representantes da América Latina e do Caribe (Argentina, Equador, Venezuela, Porto Rico, Chile e Uruguai), além de líderes internacionais vindos dos Estados Unidos, da África do Sul, França, Canadá, Suécia e Espanha. As representantes dos continentes que participaram do evento fazem parte de organizações voltadas à agroecologia e camponesas, organizações de base, redes feministas, partidos políticos e alguns amigos parceiros do MST. Cassia Bechara, representante nacional do MST e responsável pelo coletivo de relações internacionais, afirma que

O MST tem o internacionalismo nos seus princípios fundamentais. Temos clareza que a construção do socialismo só pode acontecer a partir de uma construção internacional de forças. Isso fortalece ambas, sendo o nosso movimento quanto essas organizações irmãs. Fortalece o sentimento internacionalista da unidade da classe trabalhadora. Nós mulheres trabalhadoras, enquanto classe, independentemente do lugar onde vivemos e de nossas diferenças culturais, temos elementos que nos unem profundamente: o ser mulher, o ser trabalhadora (Poznanski, 2020).

Desta forma, ao trazer estas delegadas internacionais, as mulheres do MST se propunham a estabelecer a solidariedade e a construção de redes com mulheres em diferentes continentes que compactuam com lutas pelas suas pautas. Conforme o MST (2020), as delegadas internacionais destacam a importância do feminismo, mesmo que as

opressões ocorram de formas distintas em diferentes lugares, há importância e necessidade de promover discussões sobre o patriarcado, capitalismo e das opressões sofridas por mulheres, questões de sexualidade, de trabalho e saúde. Discussões que acabam por acontecer nestes espaços de diálogo, até mesmo dentro do evento, e que são tão importantes para se pensar questões de gênero e de novas ações de combate a opressões e enfrentamentos pelas mulheres do campo. As participantes internacionais destacam a organização do evento realizado em Brasília, sobretudo pela combinação entre poesia e arte. De acordo com a carta da líder-MST, Messilene Gorete, que foi lida durante o evento pela Diretora Nacional do Setor do Gênero, Atiliana Brunetto:

[...] Ser uma mulher Sem Terra é ser mulher liberta, emancipada, valente, bonita, alegre. É ser uma mulher que chora, que sente dor própria e da outra e do outro. Mulher com pertença, enaltecida, solidária. O MST me fez mulher, me fez um ser harmônico, que tem orgulho de viver. E tudo isso e um pouco mais é o que a cada dia me fortalece para seguir firme e convicta de que estamos do lado certo da história (Ghisi, et al., 2020).

Segundo o relato da diretora do Setor de Gênero do MST, é possível perceber como a integrante se reconhece e se percebe dentro do MST, assim como o movimento ajuda na resistência e luta destas mulheres no campo. Segundo a integrante Cida Pereira da Silva, da Direção Nacional MST-Pernambuco: “A expectativa é de muito estudo e muita luta neste momento, que a gente precisa se preparar para enfrentar de frente esse momento que a gente tá passando deste governo” (MST, 2020). Nesta narrativa, a integrante deixa claro o descontentamento com o atual governo do Brasil e a necessidade de formação das mulheres no evento.

Conforme o MST (2020), no governo Bolsonaro muito vem se retrocedendo sobre os direitos humanos, e o governo acaba por atacar movimentos sociais, dentre eles o MST, fazendo com que se cresça uma onda de ódio no Brasil contra as minorias (indígenas, população negra, mulheres, defensores do campo e da Amazônia, assim como outras minorias). Dessa forma, as mulheres do MST deixam claro que um dos objetivos do encontro realizado em Brasília é lutar e resistir contra esse governo e contra qualquer opressão: “Cheguei pra ficar, cheguei pra valer, o quilombo vem lutar resistir e combater” (Ghisi, et al., 2020), ecoou o canto da artista Gê Lacerda, da região de Mato Grosso, no encerramento da primeira noite do evento. Desde o governo de direita de Michel Temer e na sequência de Jair Bolsonaro, o MST seguiu com a sua luta pela reforma agrária, mesmo com a invisibilidade por parte das mídias e entraves com o governo, a organização

de milhares de trabalhadoras/es rurais seguiu acontecendo e promovendo solidariedade, sobretudo durante a pandemia que alarmou a fome que assolou o Brasil (MST, 2022).

Desta forma, através das narrativas das participantes do evento das mulheres do MST, destaca-se a necessidade de se discutir sobre a conjuntura política do país, conforme pode-se observar na fala de Atiliana Brunetto, Diretora Nacional do Setor do Gênero do MST:

Hoje é dia 05 de março, uma data esperada pelo conjunto de mulheres do MST e, especialmente, porque após dois anos intensos de trabalho de bases junto às mulheres parceiras estamos chegando a esta convergência de ações nesse espaço do encontro nacional. Este trabalho de base foi feito com muita vontade das mulheres Sem Terra, nos nossos acampamentos, nos nossos assentamentos, nos nossos cursos de formação. Então no encontro estamos contando com 16 países presentes, partilhando uma análise de conjuntura, desse processo de feminismos camponeses populares e de como as mulheres resistem, persistem e lutam nos seus países [...] (MST, 2020).

Para Ceres Antunes Hadich, assentada no Paraná e integrante da Direção Nacional, o encontro é decorrência de esforços coletivos, que existem desde a origem do Movimento:

Sem dúvida nenhuma, a gente conseguiu chegar até aqui graças à construção histórica que o MST como um todo sempre fez em torno desse debate da participação das mulheres, da igualdade de gênero, da gente possibilitar construir processos de igualdade. Então, isso também é resultado e mérito de toda a construção de luta social igualitária pelo que o MST promove e acredita (Ghisi, et al., 2020).

Para Engelmann (2018), nos últimos anos, tem havido um notável aumento no protagonismo das mulheres no campo, especialmente na produção de alimentos, desafiando a percepção comum de que o trabalho agrícola é predominantemente masculino. As mulheres rurais, responsáveis por mais da metade da produção alimentar (Engelmann, 2018), desempenham um papel crucial na preservação ambiental e na garantia da soberania alimentar global. Enfrentando desigualdades de gênero significativas, elas se engajam cada vez mais na implementação de projetos agroecológicos e orgânicos, buscando equilibrar biodiversidade e sustentabilidade enquanto rompem com padrões de submissão e violência (Paredes, 2010).

Frente a isso, o “Feminismo Camponês e Popular”, discutido durante o evento em estudo, enfoca a construção histórica do MST e suas perspectivas futuras. Itelvina Massioli e Débora Nunes lideraram reflexões sobre as linhas políticas das Mulheres Sem Terra, destacando a importância do movimento na luta pela terra, soberania alimentar e

agroecologia (MST, 2020). Elas sublinharam a resistência das mulheres rurais contra o capitalismo colonial e extrativista, ressaltando a necessidade de enfrentar desigualdades de gênero e defender a terra como um bem natural essencial. Sendo assim, a Reforma Agrária Popular emerge como resposta ao agronegócio, promovendo democratização da terra, produção agroecológica e preservação ambiental, enquanto enfatiza a educação e formação política para fortalecer a luta coletiva por um modelo agrícola justo e sustentável (MST, 2020).

Compreende-se que a realização do 1º Encontro Nacional das Mulheres do MST: “Mulheres Em Luta: Semeando a Resistência”, é resultado de esforços feitos em conjunto pelo MST ao longo de três anos, e que o evento tinha enquanto objetivo discutir as pautas das mulheres do campesinato, da conjuntura política do país e de somar com mulheres de outras países que formam redes de apoio e que lutam diariamente contra todo tipo de opressão.

Desta forma, entende-se que os movimentos sociais de mulheres camponesas, no Brasil e, ao redor do mundo, desempenham um papel crucial na luta pela justiça social, igualdade de gênero e direitos territoriais (trabalho, educação, moradia, saúde, cultura, entre outros). Esses movimentos não só abordam questões específicas das mulheres no campo, mas também desafiam as estruturas patriarcais e capitalistas que perpetuam a opressão e a desigualdade dos povos (Butler, 2018). Somando ao movimento de mulheres camponesas do Brasil, podemos mencionar o movimento de mulheres camponesas dentro da organização Via Campesina, que forma parte fundamental na luta global por justiça agrária e igualdade de gênero. Esta é composta por mulheres rurais de diversas partes do mundo, incluindo América Latina, África, Ásia e Europa, são agricultoras, trabalhadoras rurais, líderes comunitárias e defensoras dos direitos humanos. No contexto atual, as mulheres camponesas de Via Campesina trabalham incansavelmente para promover a soberania alimentar, que é o direito dos povos de definir suas próprias políticas agrícolas e alimentares sem influência externa. Elas defendem a agroecologia como uma alternativa sustentável ao agronegócio dominante, promovendo práticas agrícolas que respeitam o meio ambiente e as comunidades locais (La vía campesina, 2018).

Um marco recente neste contexto, foi evento realizado na cidade de Bogotá, Colômbia, onde movimentos da Via Campesina realizaram a 6ª Assembleia Internacional de Mulheres, em dezembro de 2023, para discutir os desafios enfrentados pelas trabalhadoras rurais em um contexto global dominado pela pandemia de Covid-19 e por

conflitos armados crescentes. Neste evento, mulheres de diversas partes do mundo denunciaram a violência de gênero, incluindo violência política, patrimonial e física, que limita seu acesso aos recursos naturais essenciais. As líderes do evento enfatizaram que a estrutura patriarcal histórica na posse da terra perpetua essas desigualdades, exacerbando a vulnerabilidade das mulheres camponesas. A assembleia visou aumentar a conscientização e promover a segurança e o acesso das mulheres a recursos como terra, água e sementes, essenciais para sua autonomia e sustento. Além disso, destacou-se a necessidade de unidade entre os movimentos sociais para enfrentar o patriarcado sistêmico e construir economias feministas que libertem as trabalhadoras rurais da dependência e da violência estrutural (MST, 2023).

Sendo assim, a organização política, econômica e social das mulheres camponesas emerge como um poderoso movimento social em múltiplos territórios, essencial para promover a inclusão e a igualdade de gênero, garantindo direitos fundamentais como trabalho digno, moradia adequada, educação acessível e outros direitos humanos essenciais. Para Maier e Lebon (2010), as mulheres na América Latina e no Caribe enfrentam múltiplas formas de opressão, que incluem questões de raça, classe, etnia e gênero, destacando a importância de uma abordagem interseccional no ativismo feminino. Considerando a variedade de movimentos feministas na região, desde os tradicionais grupos de mulheres até as organizações mais novas que incorporam questões de direitos humanos, ambientalismo e direitos sexuais e reprodutivos, tais movimentos regionais e nacionais se interconectam e se fortalecem mutuamente, como é o caso do movimento das mulheres camponesas no Brasil e em toda Latinoamérica (Maier, et al., 2010). Com isso, se reconhece a importância das redes de solidariedade e das alianças regionais, nacionais e internacionais entre mulheres camponesas, mostrando como essas redes têm fortalecido os movimentos locais e promovido intercâmbios e apoio mútuo (Deere, et al., 2001).

Considerações finais

Conforme apontam as análises feitas no material disponível pelo *website* do Movimento Sem Terra, bem como de materiais de apoio sobre a sua história, é possível identificar que tal movimento é pautado nas lutas pela reforma agrária e pela igualdade social do campesinato. Dentro do movimento tem-se a educação popular como base, por acreditar que é necessária a formação política do sujeito do campo para que este tenha

compreensões de mundo e se veja como sujeito composto da sua própria história. Em relação à bandeira de igualdade, o MST ergue entre mulheres e homens do movimento a bandeira e a criação de um setor específico para que, através de discussões e organização própria, o coletivo promova igualdade e equidade.

Através do Setor de Gênero, as mulheres lutam pelas suas demandas, contra o machismo e contra a violência. Produzem através deste setor ações e projetos sobre gênero, tal como o 1º Encontro Nacional das Mulheres do MST: “Mulheres Em Luta: Semeando a Resistência”. Dentro da programação do evento estão a organização de meses de debate sobre patriarcado, capitalismo, racismo, violência. Temas que abrangem diretamente as mulheres camponesas e que colocam em xeque as questões de gênero que atravessam o coletivo nesta organização social, um tema em (des)construção e constante desenvolvimento.

O MST desempenha um papel crucial como referência no movimento social camponês latino-americano. Em particular, o setor de gênero do MST, não apenas fortalece as lutas locais por direitos das mulheres no campo, mas também se integra e colabora de maneira significativa com movimentos internacionais, como a Via Campesina. Esta organização sem fins lucrativos se destaca por sua capacidade de representar e organizar mulheres camponesas em todo o mundo, unindo esforços para enfrentar desigualdades estruturais e promover direitos humanos acessíveis e iguais. Foi possível identificar que a colaboração entre o MST e a Via Campesina exemplifica como a solidariedade internacional e a cooperação entre movimentos são essenciais para enfrentar os desafios globais enfrentados pelas mulheres rurais, incluindo o acesso à terra, recursos naturais e justiça social. Através de uma abordagem baseada na mobilização política e na conscientização, esses movimentos não apenas resistem às opressões patriarcais, mas também buscam transformar estruturas sociais e econômicas que perpetuam desigualdades de gênero.

Com o presente estudo qualitativo foi possível conhecer do evento, do qual contou com 3.500 mulheres em Brasília, bem como sobre a organização, com a vinda de caravanas de todo o Brasil, inclusive com a participação de delegações de 16 países e o fechamento do evento que acontece com um mar de mulheres caminhando em marcha no dia 08 de março de 2020, data esta que marca o Dia Internacional das Mulheres e contribui para que o evento das mulheres do MST ganhe mais atenção na capital do Brasil.

É inegável a relevância do Setor de Gênero dentro do MST, a necessidade que se faz de construir coletivamente espaços autônomos entre mulheres do campo para que consigam seguir na luta em favor das pautas de gênero e no caminho para a equidade de gênero. Um dos resultados desse momento histórico é, propriamente, o mar de mulheres do campo marchando em luta contra as formas de opressão e violência, realizada no Dia Internacional das Mulheres, bem como de todas as participações e propostas desenvolvidas no I Encontro Nacional das Mulheres do MST para que as intersecções se constituíssem como elementos de reflexão e debate.

Por fim, destacamos que, como tratado neste trabalho, o tema de discussão de gênero no Movimento Sem Terra e o protagonismo das mulheres de campo formam um cenário histórico em âmbito nacional e como exemplo de resistência e luta social em âmbito internacional, considerando as pontes construídas interpaíses para fortalecimento e disseminação das ações e movimentos propostos pelo MST. Assim que, como aposta metodológica aqui adotada, a análise de materiais audiovisuais em conjunto às demais referências compõem um arranjo de dados contextuais e discursivos que apropriam riqueza à discussão proposta. Além de fornecer dados atuais que atraem análises e propostas diversas desde múltiplas áreas do saber.

Referências

ÁLVAREZ, Sonia E. *Engendering Democracy in Brazil: Women's Movements in Transition Politics*. Princeton University Press, 1990.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BUTLER, Judith. *Marcos de guerra: las vidas lloradas*. Ediciones Paidós, 2017.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: Notas sobre uma teoria performativa de Assembleia*. Civilização Brasileira, 2018.

CALDAR, Roseli Saete. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, pp. 207-224, 2001.

CANNON, Michele. Cassia Bechara & the Landless Workers' Movement in Brazil. CUNY Academic Commons, 2023. Disponível em: <https://pcp.gc.cuny.edu/2023/03/cassia-bechara-the-landless-workers-movement-in-brazil/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. *Empowering Women: Land and Property Rights in Latin America*. University of Pittsburgh Press, 2001.

ENGELMANN, Solange I. *A mulher campesina e a luta por trabalho e dignidade na agricultura*. Global Sustentável, 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/07/25/a-mulher-campesina-e-a-luta-por-trabalho-e-dignidade-na-agricultura/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

GHISI, Ednubia; SOUZA, Marina Duarte de. *Encontro histórico reúne mulheres do MST de todos os estados em Brasília*. MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 06 mar., 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/03/06/encontro-historico-reune-mulheres-do-mst-de-todos-os-estados-em-brasilia/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

HARAWAY, Donna Jeanne. *Primate Visions: Gender, Race, and Nature in the World of Modern Science*. Routledge, 1990.

HOOKS, bell. *Feminist Theory: From Margin to Center*. Pluto Press, 1999.

KARPINSKI, Cezar. *Resenha de "Homens e mulheres em movimento: relações de gênero e subjetividades no MST" de Cristiani Bereta da Silva*. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 3, setembro-dezembro, 2006, pp. 820-823.

LA VÍA CAMPESINA. *Women's Struggles in La Vía Campesina: Documenting the Progress of Gender Justice in the Global Peasant Movement*. La Vía Campesina Publications, 2018. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/media-and-publications/publications-publications/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

LUCA, Tania Regina de. *Práticas de pesquisa em história*. São Paulo: Contexto, 2021.

MAFORTO, Kelli. *Mulheres do MST criam novas relações de gênero dentro e fora do movimento*. Website oficial MST, 31 jan., 2014. Disponível em: <https://mst.org.br/2014/01/31/mulheres-do-mst-criam-novas-relacoes-de-genero-dentro-e-fora-do-movimento/#:~:text=Por%20meio%20da%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20destas,Nacional%20do%20MST%20em%202000>. Acesso em: 29 dez. 2022.

MAIER, Elizabeth; LEBON, Nathalie. *Women's Activism in Latin America and the Caribbean: Engendering Social Justice, Democratizing Citizenship*. Rutgers, The State University, 2010.

MELO, Denise Mesquita. *A construção de subjetividade de mulheres assentadas pelo MST*. Faculdade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Dissertação de Mestrado, São Paulo, 2001.

MMC. Movimento das Mulheres Camponesas. *História*. Disponível em: <https://mmcbrasil.org/home/historia/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

MST. *O Feminismo Camponês e Popular, a identidade da mulher rural e mundo operário*. Website oficial, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/03/11/o-feminismo-campones-e-popular-a-identidade-da-mulher-rural-e-mundo-operario/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

MST. *3500 Mulheres ocupam Brasília!*. Youtube, 5 mar. 2020. (3m14s). Disponível em: https://youtu.be/IVnPwj_Uptw. Acesso em: 29 dez. 2022.

MST. *Nossa Produção*. Website oficial, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-producao/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

MST. *Quem somos*. Website oficial, 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

MST. *Tema mulheres*. Website oficial, 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/tema/mulheres/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

MST. *Bolsonaro, o MST acabou ou não?*. Website oficial, 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/10/20/bolsonaro-o-mst-acabou-ou-nao/>. Acesso em: 07 mar. 2023.

MST. *10 coisas que você precisa saber sobre o MST*. Website oficial, 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/08/26/10-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-o-mst/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

MST. *Trabalhadoras rurais de diferentes países apostam em feminismo camponês contra crises do capitalismo*. Website oficial, 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/12/03/trabalhadoras-rurais-de-diferentes-paises-apostam-em-feminismo-campones-contra-criises-do-capitalismo/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

PAREDES, Julieta. *Hilando fino desde el feminismo comunitario*. La Rueda, 2010.

PESSÔA, Jeniffer Ribeiro; DAL RI, Neusa Maria. *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a formação para a igualdade de gênero*. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 2, n. 2, pp. 581-606, 2017.

POZNANSKI, Florence. *Representantes de vários países participam do Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra*. MST- Movimento Sem Terra, 13 març., 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/03/13/representantes-de-varios-paises-participam-do-encontro-nacional-das-mulheres-sem-terra/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

PICCIN, Marcos Botton; BETTO, Janaina. *Educação popular, movimentos sociais e educação do campo* [recurso eletrônico], 1. ed., Santa Maria, RS, UFSM, 2018.

SABIA, Claudia Pereira de Pádua; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. Relações de gênero no Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra - MST: perspectivas a partir da concepção pedagógica do movimento. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 14, n. 2, Esp., 2019, pp. 1601-1612.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, jul./dez. Porto Alegre, 1995, pp. 71-99.

SOUZA, Elaine de Jesus. Sexualidade, Gênero e Currículo: problematização dos discursos biológicos na educação sexual. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. Florianópolis: *Anais Eletrônicos*, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1497396505_ARQUIVO_Sexualidadegeneroecurriculo_Texto_completo_MM_FG.pdf. Acesso em: 16 fev. 2023.

TOMASSINI, Angelica; MARTINS, Nivea. *Mulheres que inspiram*: Atiliana Brunetto. Plataforma Mrosc, 2022. Disponível em: <https://plataformaosc.org.br/mulheres-que-inspiram-atiliana-brunetto/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

TONELI, Maria Juracy Figueiredo. Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate. In JACÓ-VILELA, Ana Maria; SATO, Leny. (Orgs.). *Diálogos em psicologia social [online]*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 147-167. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/vfgfh/pdf/jaco-9788579820601-12.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2023.